PODER

Crítica à pressão do mercado: "Apostaram que eu ia perder"

Lula reclama da insistência para que indique logo o ministro da Fazenda, enfatiza que escolha é dele e que não tem pressa. Presidente também reprova a rejeição ao pacote fiscal, inclusive de parte da esquerda, e credita a resistência à desinformação

» ARMANDO HOLANDA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aproveitou a cerimônia de regulamentação do fim da escala 6x1, ontem, no Palácio do Planalto, para mandar recados sobre os rumos de seu quarto mandato. Em meio às divergências envolvendo o ajuste fiscal e às especulações sobre a reforma ministerial, o chefe do Executivo enfatizou que não abrirá mão de direitos trabalhistas e que a definição dos futuros integrantes da Esplanada ocorrerá no seu próprio tempo.

De acordo com Lula, o projeto de lei complementar (PLP) de ajuste fiscal — aprovado no Senado e que deve ser votado pela Câmara na semana que vem — possibilita que o Orçamento brasileiro "dê conta do recado" no ano que vem. Ele lembrou que estava nas Filipinas quando soube que havia "uma confusão" em torno do texto — em referência às críticas da própria esquerda.

"Alguns companheiros, possivelmente por falta de informação completa ou por falta de discussão, não entenderam o PLP do ajuste", afirmou. "O dado concreto é o seguinte: enquanto eu for presidente da República, não haverá diminuição dos direitos que o povo brasileiro conquistou. Não há hipótese. A responsabilidade fiscal é um compromisso do nosso governo e deve caminhar junto com uma economia séria, o equilíbrio das contas públicas e o desenvolvimento do país. O Brasil precisa avançar, sem deixar ninguém para trás", discursou.

Ele reconheceu que "muitas vezes, o mercado reclama" e pede controle fiscal do governo, "mas não é o mercado que deseja o controle fiscal, quem deseja o controle fiscal sou eu". "Quem tem que ter responsabilidade fiscal é o governo, e nós já temos muita experiência para mostrar que nós temos responsabilidade fiscal neste país", acrescentou.

As declarações ocorrem em um momento de divergências dentro da própria base governista sobre a condução da política econômica. Lula busca conciliar o compromisso com o equilíbrio fiscal e a manutenção das conquistas sociais.

Integrantes do governo e parlamentares aliados, no entanto, divergem sobre medidas de contenção de despesas. O debate ganhou força diante das discussões a respeito dos limites do ajuste fiscal e seus possíveis impactos sobre políticas públicas. O temor de uma ala da base é de que o esforço para equilibrar as contas comprometa iniciativas consideradas prioritárias para o novo mandato.

Lula também tratou das especulações em torno da composição da sua próxima equipe. Ele deixou claro que não pretende acelerar as escolhas em razão das pressões políticas ou das indicações que circulam nos bastidores de Brasília.

"Fico meio revoltado, estou vendo nos jornais as pessoas indicando ministros. Dizendo que vai ser fulano, beltrano. Nunca conversei com ninguém sobre ministros, é uma coisa minha. O cara vai inventando mentira para criar especulação", criticou. "É importante dizer à imprensa: cada ministério deste país será indicado por mim, na hora que eu quiser, no dia que eu quiser, na data que eu quiser. Ninguém vai indicar ninguém pela imprensa. Nem vai tirar, nem vai colocar. É importante ficar claro. Não tenho pressa."

A crítica do presidente vem diante de recorrentes cobranças por parte de integrantes do mercado financeiro para que ele anuncie um ministro da Fazenda em breve. Também acontece em um momento em que várias reportagens contam bastidores de pessoas cotadas para ministérios, tanto nos cargos mais próximos quanto nos secundários.

Lula, com a rouquidão que o acompanha desde o fim da disputa eleitoral, demonstrou irritação quando falou sobre o assunto. Disse que tem se resguardado por causa do problema na voz e que tem visto cobranças quanto à velocidade na escolha dos ministros.

"Nem pude festejar, e o cara já quer que eu indique o governo; quem vai ser isso, quem vai ser presidente de banco. A pressa é minha, não é deles. Eles apostaram que eu ia perder. Já tinham indicado ministros. Todo mundo sabe: quem senta na cadeira antes, cai antes de sentar", completou.

Além da cobrança do mercado, partidos alidos se movimentam por espaços no primeiro escalão. A montagem da nova equipe envolve tanto a permanência de nomes de confiança quanto a necessidade de acomodar legendas que poderão garantir sustentação política ao governo no Congresso. Lula terá de equilibrar os interesses das siglas com a intenção de preservar áreas estratégicas da administração federal, sobretudo as equipes econômica e social. (Com Agência Estado)

Leia mais sobre o fim da 6 x 1 na página 7

Visita a Raoni

O presidente Lula e o ministro dos Povos Indígenas, Eloy Terena, assinaram, ontem, a portaria do Ministério da Justiça que reconheceu o direito dos povos M?bêngôkre/Kayapó e Yudjá/Juruna à ocupação da Terra Indígena Kapôt Nh?nore, entre Mato Grosso e Pará. Também nessa quinta-feira, Lula visitou o cacique Raoni na Terra Indígena Kapôt Nhinore. De acordo com Lula, no quarto mandato, deseja "mudar o padrão do tratamento do povo indígena". Ele cobrou que o próximo ministro não só faça demarcações, mas também monitore os problemas dos mais variados tipos que as comunidades enfrentam. "Os antepassados do Raoni estavam aqui no Brasil quando não havia nenhum branco. O fato de estarmos demarcando é estarmos dando a vocês o direito e dignidade que vocês nunca deveriam ter perdido."

Ricardo Stuckert/PR



Saiba mais

Resistências ao projeto

O mercado financeiro fez críticas ao PLP do ajuste fiscal, considerado insuficiente para organizar as contas públicas. Por sua vez, políticos de esquerda também mostraram resistências. Avaliam que o pacote é rigoroso demais e um aceno ao mercado financeiro. Apresentada na semana passada pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), a proposta teve a votação concluída na quarta-feira, com a rejeição dos destaques apresentados ao texto principal, que poderiam desidratar as medidas. Agora, a matéria segue para a Câmara. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou uma sessão extraordinária para segunda-feira, com o objetivo de iniciar a análise do projeto e votá-lo.

» Conversa com o "exército"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que fará uma live com o deputado reeleito André Janones (Rede-MG) amanhã, a partir das 10h, para "fazer uma conversa com o povo brasileiro". "Quero convidar todos os soldados do nosso exército. Vamos fazer uma conversa com o povo brasileiro, eu e o general Janones. Uma conversa explicando as coisas que estão acontecendo desde que ganhamos a eleição e as coisas que vamos fazer para o futuro", disse, em vídeo divulgado nas redes sociais.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

A receita da pizza napolitana e o grande acordo em marcha com o STF

A receita da pizza napolitana começa com 500 gramas de farinha tipo "00", 325 mililitros de água, sal e uma pitada de fermento. A massa descansa, passa a noite na geladeira e, só então, vai ao forno bem quente, coberta com tomate pelado, muçarela fresca e um fio de azeite. Em Brasília, há cheiro de pizza no ar. A massa de um possível acordão vem sendo sovada há algum tempo. Como se sabe, ninguém convida o peru para a ceia de Natal. De livre e espontânea vontade, ele não vai, mais ou menos como os ministros do Supremo envolvidos com o banqueiro Daniel Vorcaro, cujas relações perigosas foram expostas no processo eleitoral.

O caso do Banco Master pôs gente graúda dos Três Poderes diante de problemas diferentes, mas simultâneos. Daniel Vorcaro, ex-controlador do banco, está preso. A Polícia Federal tenta reconstruir a rede de relações do banqueiro, enquanto as investigações sobre emendas parlamentares alcançam interesses da cúpula do Congresso e dos partidos do Centrão. O Planalto precisa desses mesmos partidos para aprovar o ajuste fiscal na Câmara. E o Supremo terá de decidir como tratar os registros sobre seus próprios ministros.

Na quarta-feira, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, entregou ao presidente do Supremo, Edson Fachin, os relatórios sobre referências a ministros encontradas no material apreendido com Vorcaro. Andrei disse ao Senado que a PF produziu os documentos por determinação de Fachin e que a abertura de investigação contra um ministro depende de autorização do próprio Supremo. Fachin encaminhou a cada magistrado contemplado pelo levantamento a parte que lhe dizia respeito e anunciou o envio do material à Procuradoria-Geral da República. Caberá a Paulo Gonet avaliar se há fundamento para pedir diligências, requerer a abertura de inquérito ou propor o arquivamento.

As situações são distintas. Alexandre de Moraes nega ter trocado mensagens com Vorcaro ou cometido irregularidades. O contrato de R$ 131 milhões do Master com o escritório de sua mulher, Viviane Barci de Moraes, é um dos pontos que suscitam perguntas. Dias Toffoli deixou a relatoria após questionamentos sobre negócios ligados ao resort Tayayá e a fundos associados ao banqueiro. André Mendonça, que assumiu o caso, confirmou que conversou com Vorcaro e foi acusado por Moraes de extrapolar suas atribuições ao pedir à PF que detalhasse referências ao colega. Nunes Marques se declarou impedido de julgar o caso.

Fachin também autorizou a PF, com aval da PGR, a acessar documentos da Sigmature Luxury Services sobre serviços pagos entre 2020 e 2025. Segundo o material da investigação, Vorcaro gastou US$ 55,3 milhões com a empresa em menos de um ano. A PF quer saber quem se beneficiou das despesas com viagens, hospedagens e eventos. Entre os nomes apontados está o do senador Ciro Nogueira (PP-PI), por despesas que teriam sido pagas pelo banqueiro em viagens a Nova York e a Courchevel, nos Alpes franceses. Ciro nega irregularidades.

Conciliação

No Congresso, as emendas são fonte de poder dos caciques partidários. As apurações sobre sua destinação e as exigências de rastreabilidade do Supremo, sob a relatoria de Flávio Dino, pressionam esse arranjo. Davi Alcolumbre (União-AP), no Senado, e Hugo Motta (Republicanos-PB), na Câmara, comandam as Casas com as quais Lula precisa negociar. Às vésperas do quarto mandato, o presidente quer que os deputados aprovem sem emendas o pacote fiscal que passou pelo Senado.

Há ainda a dosimetria. Lula vetou integralmente a lei que pode reduzir penas dos condenados pela trama golpista e pelos atos de 8 de janeiro. O Congresso derrubou o veto por 318 a 144 na Câmara e 49 a 24 no Senado. Ontem, Moraes liberou para julgamento, entre 4 e 15 de dezembro, as ações sobre a lei, que poderá beneficiar Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses. Para o bolsonarismo, é uma saída judicial com efeito concreto. O que aproxima esses episódios, cada qual com seu rito, é a conveniência política de baixar a temperatura ao mesmo tempo. A hipótese de impeachment de um ministro do Supremo morreu com a derrota de Flávio Bolsonaro.

Em 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão, mais tarde marquês do Paraná, reuniu conservadores e liberais no Gabinete da Conciliação. Em sua obra Um estadista no Império (Dimensões), Joaquim Nabuco viu nessa aproximação uma "ponte de ouro", a possibilidade de fazer reformas sem romper com quem detinha poder para bloqueá-las. José Honório Rodrigues leu a mesma tradição pelo outro lado. A composição pelo alto permitia às elites absorver mudanças e preservar privilégios. A República herdou essa maneira de resolver crises. Os partidos mudaram, o eleitorado se ampliou, mas os chefes regionais conservaram sua capacidade de negociar com o poder central.

Um acordão para esfriar e, depois, sepultar todas as denúncias seria uma versão perversa dessa velha conciliação. A hipótese ganha força com a coincidência de interesses, embora as iniciativas ainda não demonstrem um pacto consolidado. Por ora, é tudo muito tácito. A prova dos nove virá nos atos de cada instituição, sobretudo nas razões que a PGR e o Supremo apresentarem para abrir ou encerrar apurações e na disposição do Congresso de permitir que se siga o dinheiro das emendas até o destino. Se cada um à mesa puder escolher o que o vizinho deixa de investigar, a pizza estará pronta. A conta, como de costume, ficará para quem nem sequer foi convidado.